

PERCEPÇÃO TURÍSTICA DA COMUNIDADE SÃO JOÃO DA RDS TUPÉ – MANAUS/AM

*Simone Marcela Souza de Carvalho do Nascimento*¹

*Karla Cristina Ribeiro*²

*Maria de Nazaré de Lima Ribeiro*³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a organização do turismo na Comunidade São João da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RSD Tupé, em Manaus, Amazonas, apresentando a percepção turística dos comunitários e os aspectos relativos ao planejamento para o desenvolvimento do Turismo local. Utilizou-se como metodologia a pesquisa dedutiva e indutiva, sendo descritiva, qualitativa e empírica. O levantamento dos dados contou com visita em campo, com a realização de observação direta e indireta. Os eixos temáticos investigados na pesquisa foram agrupados e apresentados em forma de uma mandala, esquematizando os aspectos verificados. Apesar de estar situada em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e ser dotada de belezas naturais e diversidade étnica, com a presença de caboclos e indígenas, a comunidade do São João ainda carece de iniciativas para fomento ao turismo comunitário, de modo a constituir-se uma fonte de renda alternativa para os moradores. A percepção dos comunitários em relação ao turismo é favorável, e demonstra seu entendimento quanto à necessidade de planejamento e ordenamento para sua implementação, com vistas à sustentabilidade. Porém, os fatores limitantes para a prestação dos serviços turísticos não impediram os comunitários de tomarem iniciativas na atividade. As discussões e reflexões

¹ Turismóloga, M.Sc., professora da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: sdcarvalho@uea.edu.br

² Turismóloga, M.Sc., professora da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: kribeiro@uea.edu.br

³ Turismóloga. Especialista em Ecoturismo e Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade Amazônica formada pelo Centro de Ciências do Ambiente de Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora e Professora da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: naza.limaribeiro@gmail.com

apresentadas orientam uma continuidade de pesquisas e ações, cujo propósito denota a incessante busca de melhores condições de vida para os moradores da comunidade São João, que em meio a tanta riqueza natural, carece de oportunidades de renda, educação, saúde, saneamento.

Palavras-chave: Turismo; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; planejamento turístico.

INTRODUÇÃO

A prática do Turismo, especificamente em se tratando das Unidades de Conservação (UC) do Amazonas, é um desafio. Dotado de extensa área protegida, desconsiderando-se as Terras Indígenas, o Estado possui 27% do total de seu território delimitado como UCs, incluindo-se neste percentual apenas as UCs federais e estaduais, conforme os dados do Instituto Socioambiental (2017). A criação de áreas protegidas se constitui um instrumento valioso para manutenção da integridade dos ecossistemas, proporcionando equilíbrio ambiental, com efeitos diretos sobre a preservação das bacias hidrográficas e de espécies animais e vegetais ameaçadas. Além da perspectiva ambiental, ainda há o impacto direto sobre a sociodiversidade, garantindo a permanência de populações tradicionais nestas áreas, como forma de resguardo de sua cultura e patrimônio.

Contudo, efetivamente, esses benefícios não têm se concretizado como deveriam, principalmente em se tratando da geração de renda para as populações tradicionais, pois não se trata apenas de resguardar os ecossistemas, mas de garantir a qualidade de vida daqueles que durante anos foram os responsáveis por isto. De modo geral, as UCs são criadas no papel, mas não são efetivamente implementadas, ou seja, não recebem os recursos (humanos e materiais) e infraestrutura necessários à sua gestão, permitindo o alcance dos objetivos para os quais foram criadas.

Esse cenário pode ser percebido na Comunidade São João, local-base deste estudo, que compõe, juntamente com outras cinco comunidades, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Localizada à margem

esquerda do Rio Negro, a 25 Km do perímetro urbano da cidade de Manaus, a comunidade de São João do Tupé, como é popularmente conhecida, abriga populações tradicionais (indígenas e caboclos), que exercem papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade da fauna e flora local; porém, elas carecem de alternativas e meios para se manterem no local, tanto no que se refere aos recursos financeiros, como também à saúde, à educação, à infraestrutura básica, entre outros.

Neste sentido, acredita-se ser o turismo comunitário um dos caminhos para o empoderamento, geração de renda, incentivo ao trabalho cooperativo e, conseqüentemente, um meio alternativo para proporcionar melhores condições de vida às comunidades que formam a RDS do Tupé e, particularmente neste caso, à comunidade São João. Para isso, as políticas públicas, a gestão participativa e o envolvimento comunitário devem romper o estado utópico e tornarem-se realidade, garantindo que a comunidade esteja à frente do processo.

O turismo já vem sendo desenvolvido na comunidade, ainda que de forma incipiente, e, de certo modo, desorganizado. Assim, este artigo objetiva refletir sobre a organização de turismo na Comunidade São João da RDS Tupé, apresentando a percepção turística dos comunitários e os passos do planejamento para o desenvolvimento do Turismo local.

A estruturação desse estudo ocorreu com base na realização de um inventário turístico e de seus resultados elaborou-se um diagnóstico turístico da comunidade, em que foram investigados os seguintes assuntos: público-alvo, modalidade turística, infraestrutura, tendências, atrativos naturais e culturais, aspectos econômico, político, social e ambiental. Em se tratando especificamente do turismo na comunidade, foram trabalhados eixos temáticos específicos, organizados em: 1. Diagnóstico da viabilidade da atividade do turismo; 2. Percepção do significado de turismo; 3. Interpretação de um modelo de turismo baseado nos desafios apresentados pelos comunitários.

Em termos metodológicos, o trabalho foi construído com o aporte das teorias sobre o planejamento e a gestão do turismo em UCs, em consonância com pesquisas de campo na comunidade, e nos resultados de uma oficina de integração com os moradores, realizada em maio de 2016.

O PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A COMUNIDADE SÃO JOÃO

Na perspectiva das comunidades que vivem em áreas protegidas, o significado do turismo transpõe a predominância das visões meramente mercadológicas, pois em muitos casos, esse olhar se mostra parcial e desconexo das condições e necessidades dessas pessoas e de seus territórios.

De acordo com Ferreira (1993), a percepção é relacionada a um ato, efeito de adquirir conhecimento ou compreender algo. Nesse sentido, a percepção dos agentes locais refere-se à sua visão e compreensão do ambiente e circunstâncias inerentes a ele. Silva (2005) amplia a ideia, afirmando que a percepção da população local é fundamental para subsidiar o trabalho de participação comunitária em projetos.

No âmbito comunitário, Silva (2005), OMT (2001), Wearing e Neil (2001), Drumm e Wesche (1999) consideram o turismo uma ferramenta capaz de promover o desenvolvimento local, contribuindo com a melhoria nos aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e étnicos das populações envolvidas. Argumentam, ainda, que o turismo é uma atividade capaz de fomentar benefícios na mudança comportamental e nas atitudes dos comunitários para com o meio ambiente. Entretanto, temos a convicção de que para alcançar esse patamar de desenvolvimento, as ações e investimentos devem ter como premissa o bem-estar das populações tradicionais.

Portanto, o processo de organização e planejamento do turismo deve levar em conta todos os componentes relevantes à sua organização e fomento, considerando as necessidades da comunidade. De acordo com a OMT (2001), os objetivos para o desenvolvimento do turismo precisam buscar o equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ambientais em conjunto com as considerações da comunidade, dos líderes comunitários e do poder público.

Nesse sentido, na comunidade São João, o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e as questões sociais, ambientais, econômicas e culturais das populações ali residentes consiste, segundo a perspectiva dos comunitários, em melhorar as suas condições de vida, ao mesmo tempo em que desejam a conservação dos recursos naturais existentes no local.

Para alcançar esse ponto, Dias (2003) destaca que os dirigentes (atores locais) devem estar envolvidos no preparo de planos de turismo, avaliando se eles satisfazem o objetivo da atividade turística, otimizando os benefícios econômicos, minimizando os impactos ambientais, socioculturais e alcançando o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, além de oferecer um produto cujos visitantes estejam interessados. A este respeito, Wood (2004) esclarece que o maior interesse dos visitantes que buscam conhecer Unidades de Conservação, como uma RDS, por exemplo, é apreciar os animais silvestres, admirar as paisagens, caminhar em trilhas ecológicas e conhecer a cultura local.

No que tange à análise do mercado, é importante considerar: o tempo e o custo da viagem; o tipo e o número de turistas que poderão ser atraídos por meio de determinada promoção; o que há para ser oferecido; como recebê-los e atendê-los, de acordo com suas demandas. Mas, sobretudo, é fundamental considerar qual o modelo de turismo a comunidade quer adotar, como quer ser reconhecida e qual segmento específico quer explorar.

Orientando-se por essas premissas, Irving (2015, p.63-66) define determinadas condições para o alcance do turismo nas áreas protegidas com bases sustentáveis, que em resumo são: “a base endógena e compromisso com o desenvolvimento local”, que expressam a necessidade de ações de planejamento e ordenamento turístico pautadas num pacto social entre os atores locais; “a participação local na elaboração e implementação de projetos e demais iniciativas de desenvolvimento”; o envolvimento da população local, que contribui para o seu efetivo engajamento, além de representar a garantia de que seus interesses coletivos serão considerados; “escala limitada e impactos ambientais e sociais controlados”; ter a compreensão clara de que o turismo pode provocar impactos negativos irreversíveis e, portanto precisa ser organizado a partir da expectativa local, com diretrizes e instrumentos realistas e efetivos para o controle da qualidade ambiental; “geração de benefícios diretos à população local”. Ele reitera que as iniciativas de turismo em UCs devem garantir mecanismos e instrumentos para que os recursos gerados pelos projetos de turismo, de fato, possam reverter-se em melhoria das condições de vida da população local.

De outro modo, independente da complexidade na organização e planejamento turístico, deve-se diagnosticar os possíveis impactos

negativos e positivos decorrentes da atividade, como exemplifica Rodrigues (2003), quando ressalta a possibilidade de alterações da paisagem, acúmulo de lixo deixado por visitantes, esgoto domiciliar direcionado aos rios e lagos, compactação do solo pisoteado em trilhas não monitoradas, coleta ilegal de espécies da flora e da fauna, e descaracterização da cultura local. Funari (2003) e Nelson (2004) ainda mencionam que o ambiente é social e cultural e reflete as relações do lugar e, nesse contexto, a visita do turista pode causar danos positivos e negativos.

Nesse sentido, Morin (2000) enfatiza que a cultura está mergulhada num ambiente no qual a população reflete e toma atitudes conforme sua relação com o meio, isto é, as relações do homem com o ambiente se caracterizam por uma combinação de uso. Contribuindo com essa reflexão, Macedo (2001) afirma que as atividades de turismo nas Unidades de Conservação são capazes de proporcionar a preservação de seus recursos naturais, a educação formal e informal, agregar valor cultural a seus atrativos e promover o cuidado com o meio.

O planejamento do turismo também deve contemplar as possibilidades e os desafios para a implementação efetiva da atividade nas comunidades. Nesse estudo, considerou-se entre os principais desafios para o fomento ao turismo na comunidade São João o fator logístico, e como possibilidade favorável ao seu desenvolvimento, a localização. Sobre o exposto, Azevedo (2007, p.157) destaca:

Asuntos pertinentes al desarrollo de las iniciativas en la Amazonia predomina la tesis de que gran parte de sus dificultades son oriundas del difícil acceso, porque estas se localizan en locales aislados, con ausencia de apoyo de infraestructura y servicios regulares de transportes e de comunicaciones.

O acesso à comunidade São João ocorre exclusivamente por via fluvial que, entre os meses de outubro e dezembro, torna-se difícil, devido ao período de vazante do rio. Portanto, a mobilidade, condição indispensável para o turismo, se constitui um desafio para a comunidade. Freitas (2001) destaca que a lógica da acessibilidade, sobretudo a infraestrutura, está ligada à capacidade planejadora de atingir os destinos desejados, relacionada às oportunidades de mercado, oferecidas e atingidas num dado período de

tempo, ou ainda, operacionalizada por meio da interação de determinado lugar para outro, o que para a atividade turística é fundamental.

Um outro desafio para o turismo na UC corresponde ao quesito infraestrutura. De acordo com Araujo *et al.* (2016), o cenário das UCs na Amazônia é desalentador, pois são criadas, mas não são implementadas, conforme dispõe a legislação vigente. Contudo, a atratividade local, representada pela natureza preservada e peculiaridades do modo de vida da população local, é componente diferencial para um produto turístico e pode se tornar um diferencial competitivo no mercado turístico. Ademais, como benefícios agregados pelo turismo, Nelson (2004) ressalta a contribuição para a comunidade avançar em termos de conservação do meio ambiente, oportunidades de educação, emprego e renda, serviços de saúde, lazer, saneamento, infraestrutura básica, melhores configurações sociais, políticas e possibilidades de tecnologias disponíveis e sustentáveis.

Nessa perspectiva, Souza (2006) defende a gestão participativa nos processos decisórios para orientar os resultados da atividade turística, visando benefícios não apenas em termos econômicos, mas que também promovam a justiça social, a conservação cultural e do meio ambiente, além de permitirem a inclusão da comunidade local nos processos de decisão e gestão.

Portanto, a organização do turismo em UCs perpassa pela ação pública, que deve, articuladamente com outros atores sociais e privados, identificar as informações essenciais para a estruturação de estratégias turísticas, na perspectiva de desenvolver com bases sustentáveis o turismo, beneficiando as comunidades residentes nesses lugares. O princípio fundamental para a estruturação e operacionalização do turismo é a orientação sobre o que é benéfico desejável pela comunidade.

Como resultado do processo de planejamento, pode ser então elaborado um plano de desenvolvimento para o turismo. Segundo Bissoli (2002) e WWF (2003), um plano deve ser capaz de gerar renda, ampliar as receitas, preservar e conservar os patrimônios existentes. Assim, é conveniente fixar prioridades nos objetivos e metas, a fim de orientar posteriormente os principais instrumentos e recursos comprometidos nos métodos de planejamento. Dentre eles especificam-se: 1. Promover a capacitação das pessoas do local para a permanente gestão do

empreendimento; 2. Incentivar a valorização da identidade cultural e recursos naturais da região, tais como agricultura, artesanato, pesca etc.; 3. Promover a prática do planejamento participativo acerca de temas referentes ao ecoturismo; 4. Buscar incentivos para a melhoria e ampliação da infraestrutura de apoio e turística; 5. Implantar o zoneamento turístico na área; 6. Maximizar e redistribuir as receitas do turismo no âmbito do conjunto da comunidade.

Um aspecto relevante a ser considerado no plano de turismo e nas ações estratégicas voltadas a uma UC, e no caso específico do lócus foco desse artigo, que é uma RDS diz respeito ao uso da área. O uso público do espaço deve ser determinado por documento específico, como um Plano de Gestão ou até um Plano de Uso Público. Nesses documentos são estabelecidos, a partir do zoneamento da área, os espaços determinados para o uso, a proteção e a conservação dos recursos naturais, com vistas a garantir e alcançar os objetivos de sua criação. Dessa forma, qualquer iniciativa contemplando o turismo na RDS precisa ser devidamente orientada para os espaços onde o turismo é permitido e em que condições pode ser realizado.

O plano de Gestão da RDS do Tupé vem sendo reformulado desde o ano de 2016 e, precisamente em agosto de 2017, a nova versão foi aprovada pelo Conselho deliberativo da RDS do Tupé. Nesse documento, o turismo, sobretudo o ecoturismo, o de pesquisa, de pesca e o de lazer, são descritos como potencialidades para o desenvolvimento sustentável das comunidades da reserva.

Outra questão a ser considerada num plano para o desenvolvimento do turismo é a utilização dos recursos existentes, a fim de estruturá-los em roteiros, contemplando atrativos naturais (quedas d'água, lagos, trilhas interpretativas, apreciação da flora e da fauna em pontos estratégicos) e atrativos culturais (festas sazonais, danças, rituais, contos, lendas). Para isto, a OMT (2001) ressalta a necessidade de observar também outros pontos como: o acesso (distância, tempo percorrido); segurança; os níveis fluviométricos, por se tratar de acesso fluvial; nível máximo d'água; largura e profundidade do rio; obstáculos (troncos de árvores, pedras etc.). Ou seja, no planejamento e montagem do roteiro turístico, é preciso estudar todos os componentes característicos do ambiente local e das condições, para oferecê-lo ao visitante.

A MANDALA DE EIXOS TEMÁTICOS: COMPREENDENDO O TURISMO NO SÃO JOÃO DO TUPÉ

Para efeitos de melhor estruturação dos conteúdos e resultados obtidos na pesquisa, optou-se por apresentar uma sistematização dos assuntos abordados em eixos fundamentais, distribuídos conforme a similaridade de temas. Para facilitar a visualização do todo investigado, utilizou-se a figura de uma Mandala (Figura 1) inspirada no modelo de Gontijo (2003). Os eixos temáticos foram definidos a partir das teorias sobre o planejamento turístico, relativos a aspectos específicos para esse processo, bem como no levantamento e diagnóstico sobre a comunidade São João e as possibilidades para o turismo no local, oriundas da percepção dos comunitários.

Figura 1 – Mandala de Componentes de organização e planejamento turístico identificados na Comunidade São João da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé



Fonte: Modelo inspirado na Mandala de Componentes de um Plano de Turismo de *Inskip apud OMT* (2001) e na Mandala da Lapinha da pesquisa de Gontijo (2003).

a) Eixo da percepção turística: a visão e perspectiva dos comunitários em relação ao turismo

No eixo da percepção, observou-se que os moradores locais têm relevante conhecimento sobre o turismo, como percebido na exposição de um comunitário: “é uma atividade que acontece quando pessoas viajam para conhecer lugares diferentes”; “é uma atividade que promove benefícios à comunidade através da preservação ambiental, da cultura e do desenvolvimento sustentável” (informação verbal)⁴.

Os resultados evidenciaram que a comunidade percebe o turismo como algo positivo e revela o seu entendimento, ainda que intuitivo, sobre os potenciais benefícios que a atividade poderá trazer. Outra constatação em relação à percepção dos comunitários sobre o desenvolvimento do turismo refere-se à necessidade de planejamento com vistas à sustentabilidade, além da sua integração e agregação com as atividades produtivas que eles já desempenham, constituindo-se em mais uma alternativa econômica.

A Tabela 1 apresenta um resumo das atividades produtivas que os moradores desenvolvem na comunidade. Nesta perspectiva, foi observado o modo de sobrevivência dos moradores, há dez anos (passado), o que existe (presente) e o que a comunidade espera realizar após os próximos dez anos (futuro).

As atividades mais praticadas no passado foram: coleta, caça e pesca. Nos dias atuais, os comunitários produzem o artesanato e praticam o comércio local. Pensando no futuro, os comunitários relataram que, para os próximos dez anos, tem-se a possibilidade de estarem trabalhando com o Turismo, continuando a produção de artesanatos e criando pequenos animais com bicos.

Tabela 1 - Matriz histoeconômica da Comunidade São João – Tupé

<i>Tempo</i>	- 10 (antecedentes)	0 (hoje)	+ 10 Anos (Futuro)
Atividade Econômica	Pesca Caça Coleta	Comércio Artesanato Pesca	Turismo Artesanato Bicos

Fonte: atividade de campo, em 2016.

4 Trecho da fala de um comunitário colhida durante oficina, em 2016.

Conforme os comunitários, os visitantes que se dirigem à comunidade têm perfis variados, entre os quais se destacam: aqueles em busca de desenvolver algum tipo de trabalho ligado à pesquisa; outros à procura de lazer, principalmente para atividades relacionadas à praia; de cunho religioso católico e protestante em vista de promover visitas missionárias e visitantes, com o objetivo de conhecer novas culturas.

b) Eixo dos atrativos, sob a ótica dos benefícios culturais e ambientais

Sob a ótica dos benefícios ambientais, a preocupação com a questão ambiental é um sentimento internalizado em todos os comunitários da Reserva, notadamente, nas áreas de ocupação intensiva (vila), cujo lixo é recolhido pelos próprios moradores, por meio da coleta seletiva. Este cuidado ambiental, tendo os comunitários atuando como agentes multiplicadores, é resultado de trabalhos e reuniões entre organizações/instituições e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAS junto aos moradores.

Apesar disso, observou-se também a presença de tecnologias impactantes, como motores de popa. Ademais, segundo a Presidente da Comunidade, não se evidenciou a aplicação de algum método de zoneamento, nem mesmo voltado às atividades intensivas turísticas. Não se percebeu nem a utilização de instrumentos de avaliação de capacidade de carga, mesmo com o desenvolvimento de vários programas, projetos e cursos em temas ambientais já realizados.

Os comunitários destacaram como atrativos naturais as praia, os lagos, os igarapés, as quedas d'água, caminhadas nas trilhas, contemplação da paisagem local e observação de pássaros. Nos atrativos culturais, enfatizaram as cerimônias, rituais, narração de contos e lendas, demonstração da elaboração da tapioca (goma de mandioca assada) e *performances* por meio de visita à Maloca Cultural.

Turistas internacionais visitam com certa regularidade a comunidade, porém são direcionados diretamente às famílias indígenas pelas agências de turismo da Cidade de Manaus ou de Empresas de Hotéis no entorno da Reserva. Essa situação tem gerado um certo conflito de interesses entre os moradores (indígenas e não indígenas), pois a visita exclusiva aos indígenas

restringe os benefícios econômicos resultantes da visitação a esses povos, não alcançando o restante da comunidade. Já os visitantes nacionais e, especificamente, da mesma região não costumam utilizar as agências de turismo, apenas buscam o acesso mais fácil e deslocam-se até a Reserva, geralmente em busca da praia.

c) Eixo das possibilidades e desafios – localização estratégica e logística

A Comunidade apresenta uma área localizada em ambiente com situação privilegiada de acesso e logística, devido à proximidade do centro de Manaus, bem como de hotéis de selva. Contudo, os serviços de transportes (barcos e lanchas) ainda carecem de melhoria, particularmente quanto à qualidade dos equipamentos e regularidade da oferta. A saída/retorno desses transportes não possui horários regulares, sendo realizado apenas quando há um número significativo de passageiros nas embarcações. Ou seja, se um visitante quer se dirigir à comunidade de maneira independente, sem a contratação de uma agência de viagem, precisará esperar até que a lancha tenha uma boa quantidade de passageiros.

d) Eixo do zoneamento e infraestrutura

Conforme depoimentos dos comunitários, há um tipo de zoneamento básico, realizado pelos próprios moradores da comunidade, em que foram estabelecidas algumas áreas específicas, conforme necessidade de utilização. De acordo com o INPA (2004), as áreas foram delimitadas da seguinte forma: vila (destinada às casas e aos cultivos das famílias); área de caça, pesca de subsistência, coleta de frutos e plantas medicinais; área da prática do turismo com o mínimo de impacto (como caminhadas e observação da natureza, além de uma faixa de 100 metros de largura na área da praia, já regulamentada no Plano de Uso Público da RDS do Tupé, elaborado em 2008 pela SEMMAS); e áreas de estudos feitos por pesquisadores e estudantes de instituições afins da região.

Dentre as edificações existentes na comunidade, destacam-se: uma construção denominada de Centro de Apoio ao Desenvolvimento

Sustentável – CADS, para realização de encontros e reuniões; uma Igreja Evangélica de alvenaria; uma Igreja Católica de madeira; uma escola; um Centro de mídias, construído em por meio de uma parceria público/privada; e uma academia ao ar livre, construída recentemente.

A infraestrutura básica ainda é incipiente. Uma parcela da energia gerada para a comunidade ainda é feita por geradores, pois apesar de terem sido contemplados com o programa luz para todos, somente uma parte de sua sede conta com fornecimento de energia elétrica; a previsão é de que o restante da comunidade seja beneficiada até o próximo ano, no máximo. Os serviços de água e instalações sanitárias não são eficazes, uma vez que só há água tratada em um poço artesiano localizado na Escola Municipal, e somente há instalações sanitárias no CADS. A melhoria desses serviços é fundamental para o aprimoramento das condições de vida dos moradores, bem como para fomentar renda e outras atividades produtivas, como o turismo.

Em relação à infraestrutura turística, os comunitários destacaram a existência de uma pousada, restaurantes e barracas na praia. Quanto às barracas, estas vendiam alimentação da culinária amazônica, mas estão praticamente suspensas no momento, devido às necessidades de manutenção de suas instalações, que se encontram em estado precário. Atualmente, há um processo de compensação ambiental, que determina a restauração das barracas por parte de uma empresa auditada devido a uma infração à legislação ambiental. Vale mencionar que as obras para o conserto ainda não começaram e os permissionários da praia estão praticamente sem local para oferecer seus serviços.

Outros aspectos ressaltados no que tange à estrutura para o turismo refere-se à inexistência dos serviços de sinalização, centro de informações turísticas, porto ou ancoradouro para o transporte fluvial, entre outros serviços essenciais para o universo de mercado e produto turístico.

e) Eixo de modelo de gestão existente e seus desafios

A Reserva é gerenciada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAS, em parceria com as Associações existentes nas comunidades contidas nela; e no caso da Comunidade São João, é representada pela

Associação de Moradores da Comunidade São João da RDS Tupé, criada em 1990 (INPA, 2004). A Comunidade é responsável pelo cuidado ambiental na unidade, assegurando a sustentabilidade de seus recursos e o valor da cultura local, mas o sucesso no exercício de gestão ainda não foi alcançado.

Dentre as ações que estão sendo realizadas pelo órgão gestor, destacam-se: a elaboração de um plano de negócios para a Unidade de Conservação junto ao Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, no ano de 2006; a construção do Plano de Gestão da unidade (concluído em 2017); e a busca incessante de parcerias para desenvolver novas alternativas de renda junto aos moradores da RDS (SEMMAS, 2015).

f) Dimensão Econômica

O grau de benefícios gerados pela atividade turística na comunidade é insuficiente, resultando apenas no comércio direto de alimentos e no oferecimento de pequenos serviços, já vistos no eixo dos atrativos culturais e ambientais apresentados neste estudo.

Há uma carência significativa de oportunidades de trabalho e renda aos moradores da comunidade. As poucas possibilidades de trabalho são de atividades autônomas como comerciantes, vendedores ambulantes e comércio de alimentos em barracas na praia. Em relação aos empregos formais, existem os servidores públicos vinculados à escola, ao posto de saúde, guarda ambiental, além dos aposentados e daqueles que recebem recursos de algum programa governamental, como o bolsa família ou o bolsa floresta.

Embora a comunidade esteja inserida em uma UC e tenha uma legislação específica contendo regras de uso e gestão, sua implementação é frágil. Como reflexão sobre esse fato, ressalta-se a ausência de um mecanismo de controle e aferição do fluxo de turistas que visitam a comunidade, ou das receitas geradas por eles, pois, na prática, como apontam os comunitários, a entrada é livre. O impacto financeiro gerado pelas visitas poderia ser mais significativo para os moradores, porém a ausência de algum mecanismo de controle de visitantes, ou ainda, de distribuição equitativa dos frutos dessas visitas, impede que os benefícios do turismo, de fato, alcancem parcela significativa da comunidade. Seria importante se existisse

um mecanismo de cobrança, como por exemplo, uma taxa que gerasse um fundo para administração da comunidade, ou para investimentos coletivos.

g) Dimensão Social e seus benefícios

Observou-se que apesar de os comunitários participarem de oficinas e cursos de capacitação sobre o turismo, há ainda uma carência de pessoal técnico em funções básicas do turismo, e nas áreas de gestão e operacionalização das atividades, como noções de contabilidade e administração, considerando que a prestação de serviços turísticos perpassa por estas áreas do conhecimento.

Os moradores mencionaram que os principais problemas impeditivos à atividade do turismo na região são: a ausência de melhor ordenamento e de gestão administrativa da comunidade; descontinuidade dos projetos iniciados; carência de infraestrutura adequada; e ausência de conhecimento técnico. Além disso, é difícil o convívio entre os moradores quando o assunto envolve diretamente poder aquisitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho surgiu de questionamentos sobre os motivos que levaram os comunitários da Comunidade São João da RDS Tupé a pensar no desenvolvimento do Turismo na referida unidade como alternativa de geração de renda.

Os eixos temáticos definidos para o levantamento das informações buscaram identificar a percepção turística e a viabilidade para o turismo na comunidade, por meio dos depoimentos dos comunitários, reportando-se ainda, às reflexões e discussões teóricas apresentadas.

A Comunidade tem pouca noção sobre os conceitos, benefícios e impactos que a atividade turística pode gerar, mas tem interesse em saber todas as suas consequências positivas e negativas. O cenário existente no local evidencia a carência de políticas públicas e instrumentos de gestão que favoreçam o desenvolvimento do turismo e, principalmente, a geração de fontes de renda alternativas para os comunitários. Faltam investimentos, recursos financeiros e humanos, além de insuficiência no atendimento

à saúde, à educação e ao saneamento básico. Também ainda não foi implementado o zoneamento para o manejo dos espaços da comunidade, definindo-se a capacidade de suporte do ambiente, identificação dos setores para ocupação, para o uso, proteção e conservação dos recursos naturais.

Apesar de todas as limitações às adequações necessárias para a prestação dos serviços turísticos, os comunitários não encontraram motivos que os impedissem de realizar iniciativas de turismo comunitário e de lazer na comunidade.

Contudo, os desafios expostos só serão ultrapassados efetivamente quando houver o comprometimento e a participação da comunidade de forma equitativa, e quando os atores sociais entenderem a gestão como um caminho para a resolução dos conflitos existentes, sob a ótica da sustentabilidade dos recursos naturais, humanos, econômicos e culturais, primando pela melhoria nas condições de vida dos moradores locais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiza Elayne Luíndia. **Ecoturismo Indígena**. Quito: Abya-Yala, 2007.

_____. **Ecoturismo de grupos de indígenas: experiências sostenibles?** Tesis de doctorado. Universidade Federal de Pará. (Doctorado em Desarrollo Sostenible de Trópico Húmedo), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal de Pará, 2005.

BISSOLI, Maria Ângela Marques. **Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação**. São Paulo: Futura, 2002.

DAIBERT, André Barcelos D.; MORAES, Edilaine A. & BOTELHO, Eloise S. **Inclusão social e turismo: possibilidades e desafios**. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Contexto)

GONTIJO, Bernardo Machado. **A Ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/ MG: o caso de lapinha** (mimeo)UNB: Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2003.

INPA. **Projeto Biotupé**. Manaus: INPA, 2004.

MACEDO, R.L.G., VENTURIN, N. **Programas de Educação Ambiental Integrados com Atividades Ecoturísticas em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Instituto Ambiental Biosfera, 2001.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Lei nº 9.985**. Brasília: MMA, 2002.

NELSON, S. P. **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável**. Manaus: Vale/Uninorte, 2004.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. SP: Roca, 2001.

RODRIGUES, A. B. _____. A. B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Ecoturismo no Brasil; possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

SEMMAS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Anais da gerência da REDES Tupé*. Manaus: SEMMA, 2005.

SILVA, S. M. S. **Ecoturismo em Comunidades Tradicionais Floresta Nacional do Tapajós: o caso Maguari e Jamaraquá**. Manaus: UFAM, 2005.

SOUZA, Cláudio B. Gamide de. **Gestão Participativa: conceitos e operações fundamentais**. São Paulo: UNESP, 2005. Disponível em: <http://www.claudio@fclar.unesp.br> . Acesso em: 10 de ago. de 2006.

WESCHE, R; DRUMM, A. *Defending our Rainforest: a guide to community-based ecotourism in the Ecuadorian Amazon*. Quito- Ecuador. Abya-Yala, 1999.

WOOD, M. E. **Ecotourism: principles, practices & policies for sustainability**. Paris: UNEP, 2002. Disponível em: www.unep.org/tourism/ecotourism. Acesso em: 11 de jul. de 2004.

WWF. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.

